ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

CAPÍTULO 7

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA SALA DE AULA: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

DOI DO CAPÍTULO: 10.29327/5952151.1-7

Jorge Rodrigo Assis Moreira
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3140986453056949

RESUMO

As práticas pedagógicas inclusivas têm se consolidado como elemento fundamental para garantir a participação, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular. Este artigo tem como objetivo analisar estratégias pedagógicas inclusivas utilizadas na sala de aula, destacando seus impactos no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fundamenta-se em autores como Mantoan, Sassaki, Vygotsky e Mittler, além de documentos legais que orientam a educação inclusiva no Brasil. Os resultados evidenciam que práticas como flexibilização curricular, uso de tecnologias assistivas, mediação pedagógica, atividades colaborativas e adaptações metodológicas favorecem a aprendizagem significativa e ampliam a participação dos estudantes. Também foram identificados desafios, como barreiras atitudinais, falta de formação docente e limitações estruturais. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar depende de práticas pedagógicas intencionais, colaborativas e sensíveis à diversidade, capazes de promover equidade e garantir o direito à educação para todos.

Palavras-chave: inclusão escolar. práticas pedagógicas. Educação Especial. acessibilidade. aprendizagem.

ABSTRACT

Inclusive pedagogical practices have become essential to ensure the participation, learning, and development of students targeted by Special Education in regular schooling. This article aims to analyze inclusive pedagogical strategies used in the classroom, highlighting their impacts on teaching and learning processes. This qualitative and bibliographic research is grounded in authors such as Mantoan, Sassaki, Vygotsky, and Mittler, as well as legal documents that guide inclusive education in Brazil. The results show that practices such as curriculum flexibilization, assistive technologies, pedagogical mediation, collaborative activities, and methodological adaptations promote meaningful learning and expand student participation. Challenges were also identified, including attitudinal barriers, lack of teacher training, and structural limitations. It is concluded that effective school inclusion depends on intentional, collaborative, and diversity-sensitive pedagogical practices capable of promoting equity and ensuring the right to education for all.

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

Keywords: inclusive education. pedagogical practices. accessibility. learning. Special Education.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem se consolidado como um dos pilares fundamentais da educação contemporânea, especialmente em um cenário no qual a diversidade humana é reconhecida como elemento constitutivo da sociedade. A partir da década de 1990, impulsionada por documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994), a educação inclusiva passou a ser compreendida como um direito humano inegociável, que exige das instituições escolares a reorganização de suas práticas, currículos e concepções pedagógicas. No Brasil, legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforçam esse compromisso, estabelecendo diretrizes para garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Entretanto, apesar dos avanços legais e conceituais, a inclusão escolar ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano das instituições de ensino. A simples matrícula do estudante público-alvo da Educação Especial (PAEE) não assegura sua participação efetiva nas atividades escolares. Para que a inclusão aconteça de forma plena, é necessário que o professor desenvolva práticas pedagógicas intencionais, flexíveis e sensíveis às necessidades individuais dos estudantes. Nesse sentido, as práticas pedagógicas inclusivas assumem papel central, pois são elas que materializam, no cotidiano da sala de aula, os princípios da inclusão.

Além disso, a diversidade presente nas salas de aula exige que o professor compreenda que cada estudante possui um modo singular de aprender, o que demanda estratégias diferenciadas, adaptações curriculares, uso de recursos variados e uma postura pedagógica acolhedora. Muitos professores, no entanto, ainda se sentem inseguros diante dessa realidade, seja por falta de formação específica, seja pela ausência de recursos pedagógicos adequados. Persistem também barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas que dificultam a efetivação da inclusão, como preconceitos, falta de acessibilidade, ausência de materiais adaptados e dificuldades na articulação entre sala regular e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

Diante desse cenário, torna-se fundamental investigar estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos estudantes da Educação Especial, analisando tanto suas potencialidades quanto seus desafios. Este artigo tem como objetivo geral analisar práticas pedagógicas inclusivas utilizadas na sala de aula e sua contribuição para a aprendizagem dos estudantes da Educação Especial. Como objetivos específicos, busca-se: a) identificar estratégias inclusivas adotadas por professores; b) compreender como essas práticas impactam o processo de aprendizagem; c) analisar desafios enfrentados na implementação da inclusão; e d) apresentar propostas de ações pedagógicas que favoreçam a inclusão escolar.

Além disso, é importante destacar que a inclusão escolar não se limita ao atendimento de estudantes com deficiência, mas envolve uma concepção ampliada de diversidade, que abrange diferenças culturais, sociais, linguísticas e cognitivas.

Assim, práticas pedagógicas inclusivas não beneficiam apenas o público-alvo da Educação Especial, mas toda a comunidade escolar, ao promover um ambiente mais democrático, participativo e acolhedor. A inclusão, portanto, deve ser compreendida como um compromisso ético e político da escola, que precisa garantir condições reais de aprendizagem para todos os estudantes, respeitando suas singularidades e potencialidades. Essa perspectiva amplia o papel do professor, que passa a atuar como mediador, pesquisador e agente transformador do contexto escolar.

Nos últimos anos, a discussão sobre inclusão escolar tem sido ampliada por transformações sociais e educacionais que exigem das escolas uma postura mais responsiva diante da diversidade. Mudanças nas políticas públicas, avanços tecnológicos e novas concepções pedagógicas têm provocado reflexões sobre como garantir que todos os estudantes participem de forma efetiva das práticas escolares. Esse cenário reforça a necessidade de que professores e gestores compreendam a inclusão como um processo contínuo, que demanda planejamento, acompanhamento e revisão constante das práticas adotadas no cotidiano escolar.

A relevância da temática também se evidencia no debate contemporâneo sobre equidade educacional. A inclusão escolar não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve a garantia de condições reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento. Nesse sentido, a literatura aponta que a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige reflexão crítica, formação

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

docente e reorganização das práticas pedagógicas. Autores como Booth e Ainscow (2011) defendem que a inclusão é um compromisso ético que envolve toda a comunidade escolar, e não apenas o professor da sala de aula.

Apesar dos avanços, persistem lacunas importantes na implementação da inclusão, especialmente no que diz respeito à formação docente, à articulação entre políticas públicas e práticas escolares, e ao uso de tecnologias assistivas. Muitos professores relatam dificuldades em adaptar atividades, avaliar de forma inclusiva e planejar intervenções que atendam às necessidades individuais dos estudantes. Essas lacunas justificam a necessidade de estudos que analisem práticas pedagógicas inclusivas e apontem caminhos para sua efetivação.

Assim, este artigo busca contribuir para o debate sobre inclusão escolar ao analisar estratégias pedagógicas que favorecem a aprendizagem dos estudantes da Educação Especial, ampliando a compreensão sobre os desafios e possibilidades da prática docente nesse contexto. A discussão aqui apresentada pretende fortalecer o compromisso com uma educação que respeite a diversidade, promova equidade e garanta o direito à aprendizagem de todos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA INCLUSÃO ESCOLAR

2.1 Educação inclusiva no contexto brasileiro

A educação inclusiva representa uma mudança paradigmática no modo como a sociedade compreende a diversidade humana. Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar exige uma ruptura com modelos tradicionais de ensino, historicamente excludentes, que segregavam estudantes com deficiência em classes ou instituições especiais. A perspectiva inclusiva defende que todos os estudantes aprendem, ainda que em ritmos e formas diferentes, e que a escola deve se adaptar às necessidades dos alunos — e não o contrário.

"No Brasil, a Declaração de Salamanca foi um marco importante ao afirmar que “as escolas regulares com orientação inclusiva constituem o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias” (UNESCO, 1994, p. 1)." A partir desse documento, o país passou a desenvolver políticas públicas voltadas à inclusão, culminando na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008),

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

que estabelece diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e para a garantia de acessibilidade pedagógica, arquitetônica e comunicacional.

Além das diretrizes já estabelecidas, a BNCC também incentiva práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam ambientes de aprendizagem mais colaborativos. Ao reconhecer diferentes formas de aprender, o documento orienta o professor a desenvolver estratégias que ampliem a participação dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento integral e a construção de competências essenciais para a vida em sociedade.

A educação inclusiva, além de representar um avanço legal, constitui uma mudança profunda na forma como a sociedade compreende a deficiência. De acordo com o modelo social da deficiência, defendido por autores como Sassaki (2010), não é a limitação do indivíduo que impede sua participação, mas sim as barreiras impostas pelo ambiente. Assim, a escola inclusiva deve identificar e eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem, garantindo condições equitativas para todos.

Outro aspecto relevante é que a inclusão escolar não se restringe ao público-alvo da Educação Especial. Ela beneficia todos os estudantes, pois promove uma cultura de respeito, cooperação e valorização das diferenças. Segundo Mittler (2003), escolas inclusivas tendem a desenvolver ambientes mais democráticos, participativos e acolhedores, nos quais todos os estudantes aprendem a conviver com a diversidade.

A BNCC também orienta que o currículo seja organizado de modo a contemplar diferentes formas de participação, reconhecendo que os estudantes aprendem de maneiras diversas e demandam estratégias pedagógicas flexíveis.

2.2 Barreiras e desafios para a inclusão

A inclusão escolar enfrenta desafios que vão além da falta de recursos materiais. Sassaki (2010) destaca que as barreiras atitudinais — preconceitos, estigmas e expectativas reduzidas — são as mais difíceis de superar, pois envolvem crenças e valores profundamente enraizados na cultura escolar.

Entre os principais desafios, destacam-se:

- Barreiras pedagógicas: práticas tradicionais, pouco flexíveis, que não consideram diferentes estilos de aprendizagem.

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

- Barreiras estruturais: falta de acessibilidade física, ausência de materiais adaptados, salas superlotadas.
- Barreiras comunicacionais: ausência de Libras, falta de recursos visuais, dificuldades na comunicação alternativa.
- Barreiras institucionais: falta de articulação entre sala regular e AEE, ausência de políticas de formação continuada.
- Barreiras emocionais: insegurança docente, medo de errar, falta de apoio da gestão escolar.

Esses desafios impactam diretamente a qualidade das práticas inclusivas e exigem políticas educacionais que apoiem o professor, promovam formação continuada e garantam condições adequadas de trabalho.

A superação das barreiras identificadas exige ações articuladas que envolvam formação docente, reorganização das práticas pedagógicas e investimentos em acessibilidade. É fundamental que a escola desenvolva estratégias que considerem diferentes formas de comunicação, adaptem materiais, promovam ambientes acessíveis e incentivem práticas colaborativas entre professores, estudantes e famílias. A construção de uma cultura escolar inclusiva depende de esforços contínuos que permitam identificar obstáculos e propor soluções que favoreçam a participação de todos.

2.3 Práticas pedagógicas inclusivas

As práticas pedagógicas inclusivas são estratégias que visam garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Mittler (2003) afirma que práticas inclusivas devem ser flexíveis, colaborativas e centradas no estudante, respeitando suas singularidades.

A adoção dessas práticas requer planejamento cuidadoso e compreensão das necessidades individuais dos estudantes. Ao diversificar estratégias, o professor amplia as possibilidades de aprendizagem e fortalece a participação ativa dos alunos, tornando o processo educativo mais acessível e significativo.

A interação entre estudantes e professores também favorece a construção de conhecimentos, especialmente quando o ambiente escolar promove colaboração, diálogo e troca de experiências. Ao estimular atividades que envolvem participação

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

conjunta, o professor contribui para que os estudantes desenvolvam autonomia, ampliem suas habilidades sociais e construam aprendizagens mais significativas.

Além disso, práticas inclusivas devem considerar o protagonismo estudantil. Quando o estudante participa ativamente das atividades, toma decisões, colabora com colegas e expressa suas ideias, ele se torna sujeito do processo educativo.

Essa perspectiva está alinhada às metodologias ativas, que valorizam a autonomia, a investigação e a construção coletiva do conhecimento. Em uma sala de aula inclusiva, o professor cria oportunidades para que todos os estudantes participem, contribuam e se sintam pertencentes ao grupo, fortalecendo vínculos afetivos e sociais.

2.4 Tecnologias assistivas e acessibilidade

As tecnologias assistivas desempenham papel fundamental na inclusão escolar. Elas incluem desde recursos simples, como pranchas de comunicação, até softwares de leitura de tela, aplicativos educativos e jogos digitais acessíveis.

Segundo Bersch (2017), a tecnologia assistiva amplia a autonomia e a participação do estudante, permitindo que ele acesse conteúdos e atividades de forma mais equitativa.

O uso de tecnologias deve estar alinhado às necessidades pedagógicas e às características dos estudantes, garantindo que os recursos adotados ampliem o acesso ao currículo e favoreçam a participação nas atividades escolares. Quando utilizados de forma planejada, esses instrumentos contribuem para a construção de ambientes mais acessíveis, dinâmicos e inclusivos.

Esses recursos ampliam a autonomia do estudante e permitem que ele participe das atividades escolares de forma mais equitativa.

2.5 O papel do professor e da escola

O professor é mediador do processo de aprendizagem e sua postura é determinante para o sucesso da inclusão. Mantoan (2006) afirma que a inclusão exige uma mudança de paradigma, na qual o professor deixa de ser transmissor de conteúdos e passa a ser facilitador da aprendizagem.

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

A escola, por sua vez, deve promover: formação continuada; trabalho colaborativo entre professores; articulação com o AEE; cultura escolar inclusiva; apoio institucional e pedagógico;

A atuação docente na perspectiva inclusiva envolve a capacidade de reconhecer as singularidades dos estudantes e de planejar intervenções que favoreçam sua participação. Isso exige sensibilidade, flexibilidade e compromisso com práticas que valorizem a diversidade e promovam ambientes acolhedores.

A escola também desempenha papel fundamental, devendo promover formação continuada, trabalho colaborativo entre professores, articulação com o AEE e apoio institucional. A gestão escolar deve incentivar práticas inclusivas, garantir recursos e promover uma cultura escolar acolhedora.

2.6 Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) tem se consolidado como uma das principais abordagens contemporâneas para promover acessibilidade pedagógica e equidade no ambiente escolar. Desenvolvido pelo Center for Applied Special Technology (CAST), o DUA parte do princípio de que a aprendizagem é diversa por natureza, e que os currículos devem ser planejados desde o início para atender diferentes perfis de estudantes. Meyer, Rose e Gordon (2014) afirmam que o DUA não é uma estratégia de adaptação posterior, mas um modelo de planejamento que antecipa barreiras e cria múltiplas formas de engajamento, representação e expressão.

Na perspectiva do DUA, a inclusão não se limita a modificar atividades para estudantes com deficiência, mas envolve a criação de ambientes flexíveis que favoreçam a participação de todos. Isso significa oferecer diferentes formas de apresentar conteúdos, como textos, vídeos, imagens e recursos auditivos; possibilitar múltiplas maneiras de os estudantes demonstrarem o que aprenderam; e promover estratégias que aumentem o engajamento, como atividades colaborativas, projetos investigativos e uso de tecnologias digitais.

O DUA dialoga diretamente com a perspectiva vygotskiana, ao reconhecer que a aprendizagem ocorre por meio da mediação e da interação social. Ao oferecer múltiplos caminhos para o aprendizado, o DUA amplia a Zona de Desenvolvimento

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

Proximal (ZDP) dos estudantes, permitindo que cada um avance a partir de suas potencialidades. Assim, o DUA se apresenta como uma abordagem essencial para práticas pedagógicas inclusivas, pois reduz barreiras, amplia oportunidades e fortalece a autonomia dos estudantes.

2.7 Inclusão escolar na perspectiva internacional

A discussão sobre inclusão escolar não é exclusiva do contexto brasileiro. Em diversos países, especialmente após a Declaração de Salamanca (1994), a inclusão passou a ser compreendida como um direito humano fundamental. Ainscow (2009) destaca que a inclusão é um processo que envolve identificar e remover barreiras à aprendizagem, promovendo participação plena de todos os estudantes. Booth e Ainscow (2011), ao desenvolverem o Índex para Inclusão, reforçam que a inclusão deve ser analisada em três dimensões: culturas, políticas e práticas.

No contexto europeu, a inclusão tem sido associada à construção de sistemas educacionais mais equitativos, que valorizam a diversidade e promovem ambientes colaborativos. Florian (2015) argumenta que a inclusão não deve ser vista como uma estratégia para atender apenas estudantes com deficiência, mas como uma abordagem que beneficia todos, ao promover práticas pedagógicas mais flexíveis e responsivas.

Em países como Canadá e Austrália, a inclusão é compreendida como um compromisso social que envolve toda a comunidade escolar. A necessidade de atender diferentes perfis de estudantes estimula a criação de estratégias pedagógicas diversificadas, tornando o processo de ensino mais dinâmico e responsivo.

2.8 Políticas públicas brasileiras recentes para a inclusão

No Brasil, a inclusão escolar tem sido fortalecida por políticas públicas que buscam garantir o direito à educação para todos. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, estabelece diretrizes para acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica, reforçando que a escola deve eliminar barreiras que dificultem a participação dos estudantes. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017, destaca a importância de práticas pedagógicas que promovam equidade,

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

participação e desenvolvimento integral, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo da educação.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas para ampliar o acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial ao ensino regular, garantindo formação docente e recursos adequados. O Decreto nº 10.502/2020, cuja eficácia foi suspensa pelo STF em 2020 (ADI 6590) e posteriormente revogado pelo Decreto nº 11.370/2023, reacendeu debates sobre modelos de atendimento e a necessidade de fortalecer políticas inclusivas alinhadas à perspectiva da educação inclusiva.

2.9 Inclusão e competências socioemocionais

A inclusão escolar também está diretamente relacionada ao desenvolvimento de competências socioemocionais, que envolvem habilidades como empatia, cooperação, resiliência e respeito às diferenças. A BNCC destaca que essas competências são essenciais para a formação integral dos estudantes, contribuindo para a construção de ambientes mais acolhedores e democráticos.

Estudos apontam que práticas pedagógicas inclusivas favorecem o desenvolvimento socioemocional, pois promovem interação entre estudantes com diferentes perfis, estimulando a convivência com a diversidade. Pesquisas na área de competências socioemocionais, como as de Oberle et al. (2016), indicam que ambientes inclusivos favorecem vínculos afetivos, cooperação e respeito às diferenças, contribuindo para o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

Além disso, a inclusão escolar contribui para a construção de uma cultura de paz, na qual os estudantes aprendem a resolver conflitos de forma colaborativa e a valorizar as diferenças. A inclusão escolar envolve compromisso ético com a valorização da diversidade e com a construção de relações educativas pautadas no respeito e na participação.

2.10 Tecnologias digitais emergentes na inclusão escolar

As tecnologias digitais emergentes têm desempenhado papel fundamental na inclusão escolar, ampliando possibilidades de acesso, participação e aprendizagem.

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

Recursos como softwares leitores de tela, aplicativos de comunicação alternativa, plataformas gamificadas e ambientes virtuais acessíveis permitem que estudantes com diferentes perfis participem das atividades escolares de forma mais equitativa.

A inteligência artificial (IA) também tem sido utilizada para desenvolver recursos personalizados, como plataformas adaptativas que ajustam o nível de dificuldade das atividades de acordo com o desempenho do estudante. Esses recursos favorecem a autonomia, ampliam o engajamento e permitem que o professor acompanhe o progresso dos estudantes de forma mais precisa.

Além disso, tecnologias como realidade aumentada, realidade virtual e jogos educativos acessíveis têm sido utilizadas para tornar o conteúdo mais dinâmico e interativo, favorecendo a aprendizagem de estudantes com diferentes estilos cognitivos. Bersch (2017) destaca que a tecnologia assistiva não deve ser vista como um recurso isolado, mas como parte de um conjunto de estratégias que promovem acessibilidade pedagógica e participação ativa.

A incorporação de tecnologias digitais emergentes exige que a escola desenvolva estratégias de acompanhamento e suporte ao professor, garantindo que os recursos utilizados estejam integrados ao planejamento pedagógico.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico. A abordagem qualitativa permite compreender fenômenos educacionais a partir de interpretações e análises teóricas, enquanto a pesquisa bibliográfica possibilita o aprofundamento em estudos já consolidados.

Foram analisados livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados à Educação Especial e práticas pedagógicas inclusivas. A coleta de dados foi realizada em bases como Google Acadêmico, SciELO e periódicos institucionais, utilizando palavras-chave como “inclusão escolar”, “práticas pedagógicas”, “Educação Especial”, “acessibilidade” e “tecnologias assistivas”.

Além dos procedimentos já descritos, é importante detalhar os critérios adotados para seleção, organização e análise dos materiais consultados, de modo a conferir maior rigor metodológico à pesquisa. A abordagem qualitativa, conforme destaca Minayo (2012), permite compreender fenômenos educacionais a partir de

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

significados, percepções e interpretações, sendo especialmente adequada para estudos que envolvem práticas pedagógicas, inclusão escolar e processos formativos. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica foi conduzida de forma sistemática, buscando identificar produções relevantes que abordam práticas pedagógicas inclusivas, tecnologias assistivas, políticas públicas e desafios enfrentados pelos professores na implementação da inclusão.

Após a seleção das fontes, os materiais foram organizados por categorias temáticas, permitindo identificar convergências, divergências e tendências presentes na literatura. A análise seguiu etapas de leitura exploratória, fichamento e síntese interpretativa.

A seleção dos materiais seguiu critérios de pertinência temática, atualidade e relevância científica. Foram priorizados artigos publicados em periódicos reconhecidos, livros de referência na área da Educação Especial e documentos oficiais que orientam a prática docente no Brasil. A busca foi realizada em bases como SciELO, Google Acadêmico, Portal CAPES e periódicos institucionais, utilizando combinações de palavras-chave como “inclusão escolar”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “Educação Especial”, “acessibilidade”, “tecnologias assistivas” e “mediação pedagógica”. Também foram considerados documentos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a BNCC (2017) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), por sua relevância normativa.

Após a coleta, os materiais foram organizados e analisados por meio de uma abordagem temática, conforme proposta por Bardin (2011), que permite identificar categorias de análise a partir da recorrência de ideias, conceitos e argumentos presentes na literatura. As categorias emergentes incluíram: barreiras à inclusão, práticas pedagógicas inclusivas, tecnologias assistivas, papel do professor, políticas públicas e impactos socioemocionais da inclusão. Essa categorização possibilitou uma compreensão mais aprofundada das contribuições e desafios apontados pelos autores, permitindo estabelecer relações entre diferentes perspectivas teóricas.

A análise temática também favoreceu a construção de uma síntese interpretativa, na qual os achados da literatura foram articulados com os objetivos da pesquisa. Essa síntese buscou evidenciar convergências e divergências entre autores, identificar lacunas de pesquisa e destacar práticas que têm se mostrado eficazes na promoção da inclusão escolar. A metodologia adotada, portanto, não se

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

limitou à descrição dos materiais consultados, mas envolveu um processo crítico de interpretação, alinhado à perspectiva qualitativa.

É importante destacar que, como toda pesquisa bibliográfica, este estudo apresenta limitações. A análise depende da disponibilidade de materiais publicados e do acesso às bases de dados, podendo deixar de contemplar produções relevantes não indexadas ou de difícil acesso. Além disso, a natureza qualitativa da pesquisa implica que os resultados não podem ser generalizados para todos os contextos escolares, mas oferecem subsídios teóricos que podem orientar práticas e reflexões em diferentes realidades.

Ainda assim, a metodologia adotada permite compreender de forma ampla e fundamentada as práticas pedagógicas inclusivas, contribuindo para o debate sobre inclusão escolar e oferecendo elementos que podem subsidiar a formação docente, o planejamento pedagógico e a implementação de políticas públicas voltadas à equidade educacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura evidencia que práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para garantir a aprendizagem dos estudantes da Educação Especial. Booth e Ainscow (2011) defendem a construção de culturas, políticas e práticas inclusivas como elementos essenciais para a participação de todos os estudantes no ambiente escolar. Mittler (2003) destaca que escolas inclusivas tendem a favorecer ambientes mais democráticos e participativos. De forma complementar, Ainscow et al. (2012) enfatizam a importância da equidade nos sistemas educacionais, enquanto Sassaki (2010) ressalta a necessidade de eliminar barreiras que dificultam a participação plena dos estudantes.

Outro ponto destacado na literatura é a importância do trabalho colaborativo entre sala regular e AEE. Estudos de Mantoan e Prieto (2006) evidenciam que práticas articuladas entre professores favorecem intervenções mais eficazes e adequadas às necessidades dos estudantes.

A inclusão escolar é um processo contínuo que exige compromisso, sensibilidade e formação constante. As práticas pedagógicas inclusivas representam o caminho para garantir que todos os estudantes tenham acesso à aprendizagem em

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

condições de equidade, mas sua efetivação depende de políticas públicas, apoio institucional e mudança de concepções.

4.1 Análise geral dos resultados encontrados

A partir da revisão da literatura, observa-se que a inclusão escolar é fortalecida por práticas pedagógicas intencionais, flexíveis e sensíveis à diversidade. Os resultados encontrados demonstram que a aprendizagem significativa ocorre quando o professor reconhece as singularidades dos estudantes e organiza o ensino de forma acessível, colaborativa e contextualizada. A análise geral dos estudos evidencia que a inclusão não depende apenas de recursos materiais, mas de uma postura pedagógica comprometida com a equidade e com a construção de ambientes acolhedores.

4.2 Comparação entre perspectivas teóricas sobre inclusão

A análise da literatura revela que diferentes autores convergem ao afirmar que a inclusão escolar é um processo complexo, que exige reorganização das práticas pedagógicas, formação docente e compromisso institucional. No entanto, cada perspectiva teórica enfatiza elementos distintos desse processo. Mantoan (2003), por exemplo, destaca que a inclusão representa uma ruptura com modelos tradicionais de ensino, defendendo que a escola deve se adaptar às necessidades dos estudantes, e não o contrário. Essa visão reforça a necessidade de flexibilização curricular e de práticas pedagógicas diversificadas.

Sassaki (2010), por sua vez, fundamenta-se no modelo social da deficiência, argumentando que não é a limitação do indivíduo que impede sua participação, mas sim as barreiras impostas pelo ambiente. Essa perspectiva amplia a compreensão da inclusão ao evidenciar que práticas pedagógicas inclusivas devem ir além da adaptação de atividades, envolvendo também mudanças na cultura escolar, na postura docente e na organização institucional.

Vygotsky (1998) contribui para o debate ao destacar que a aprendizagem ocorre por meio da interação social e da mediação. Sua teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) reforça que o professor desempenha papel central na inclusão, ao criar oportunidades de aprendizagem que considerem as

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

potencialidades dos estudantes. Mittler (2003) complementa essa visão ao afirmar que escolas inclusivas tendem a desenvolver ambientes mais democráticos e participativos, nos quais todos os estudantes aprendem a conviver com a diversidade.

A BNCC (2017) também dialoga com essas perspectivas ao enfatizar a importância de práticas pedagógicas que promovam equidade, participação e desenvolvimento integral. A convergência entre esses autores evidencia que a inclusão escolar não é apenas uma questão de adaptação de materiais, mas envolve uma mudança profunda na concepção de ensino e aprendizagem.

4.3 Estudos de caso e evidências da literatura

Diversos estudos apresentam evidências de que práticas pedagógicas inclusivas contribuem significativamente para a aprendizagem dos estudantes da Educação Especial. Prieto e Mantoan (2006) discutem a importância da reorganização das práticas pedagógicas e da construção de ambientes escolares comprometidos com os princípios da inclusão, destacando a necessidade de flexibilização curricular, mediação pedagógica e valorização da diversidade no contexto escolar.

Ainscow et al. (2012) defendem a construção de sistemas educacionais mais equitativos, fundamentados na participação de todos os estudantes e na remoção de barreiras à aprendizagem.

Florian (2015) defende uma pedagogia inclusiva baseada no reconhecimento das diferenças individuais, propondo práticas de ensino capazes de ampliar a participação e as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

Além disso, Booth e Ainscow (2011) propõem que as escolas desenvolvam processos contínuos de avaliação e reflexão sobre suas culturas, políticas e práticas, favorecendo contextos mais inclusivos e participativos.

4.4 Implicações práticas para o trabalho docente

A análise dos resultados evidencia que práticas pedagógicas inclusivas exigem do professor uma postura reflexiva, investigativa e sensível à diversidade. Isso implica planejar atividades que considerem diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, utilizar recursos variados e promover ambientes acolhedores. A mediação

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

pedagógica, por exemplo, envolve acompanhar o estudante de forma individualizada, oferecendo apoio quando necessário e estimulando sua autonomia.

A flexibilização curricular também se apresenta como prática essencial, permitindo que o professor adapte objetivos, conteúdos e avaliações de acordo com as necessidades dos estudantes. Isso não significa reduzir o currículo, mas reorganizá-lo de forma que todos possam aprender de maneira significativa. Avaliações inclusivas devem considerar diferentes formas de expressão, como produções escritas, apresentações orais, uso de imagens ou atividades práticas.

Outro aspecto importante é a articulação entre sala regular e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Professores que trabalham de forma colaborativa conseguem planejar intervenções mais eficazes, compartilhar estratégias e construir práticas mais coerentes com as necessidades dos estudantes. A gestão escolar também desempenha papel fundamental ao promover formação continuada, garantir recursos adequados e incentivar práticas inclusivas.

4.5 Inclusão e bem-estar emocional dos estudantes

Estudantes que participam de atividades colaborativas, por exemplo, desenvolvem habilidades de convivência, empatia e cooperação, fortalecendo vínculos afetivos e sociais. A inclusão bem estruturada contribui para a construção de ambientes mais democráticos, nos quais todos os estudantes aprendem a conviver com a diversidade e a valorizar as diferenças. Esses aspectos são essenciais para a formação integral do estudante e estão alinhados às diretrizes da BNCC.

4.6 Tecnologias digitais e práticas inclusivas

Estudos como os de Ok, Rao, Bryant e McDougall (2017) e Alper e Raharinirina (2006) discutem o potencial das tecnologias assistivas e dos recursos digitais para ampliar o acesso ao currículo, a participação dos estudantes e o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais acessíveis. Esses recursos ampliam a autonomia dos estudantes, favorecem o engajamento e permitem que diferentes perfis de aprendizagem sejam atendidos de maneira equitativa.

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

A literatura também aponta que o uso de tecnologias digitais emergentes, quando integrado ao planejamento pedagógico, contribui para reduzir barreiras comunicacionais e ampliar a participação de estudantes com deficiência, fortalecendo práticas inclusivas no cotidiano escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de práticas inclusivas depende de ações articuladas que envolvam formação docente, reorganização das práticas pedagógicas e fortalecimento das políticas públicas.

Diante dos resultados apresentados, torna-se evidente que a inclusão escolar exige um esforço coletivo, envolvendo professores, gestores, famílias e toda a comunidade escolar. A construção de uma escola inclusiva demanda planejamento, formação continuada, investimento em recursos pedagógicos e, sobretudo, uma mudança de postura diante da diversidade. É fundamental que as instituições de ensino desenvolvam políticas internas que valorizem a inclusão, promovam espaços de diálogo e incentivem práticas colaborativas entre os profissionais. Somente assim será possível garantir que as práticas pedagógicas inclusivas se consolidem como parte integrante do cotidiano escolar.

A ampliação das discussões apresentadas ao longo deste estudo permite reafirmar que a inclusão escolar é um processo contínuo, complexo e multifacetado, que exige compromisso ético, político e pedagógico de toda a comunidade escolar. As práticas pedagógicas inclusivas, quando planejadas de forma intencional e fundamentadas em princípios de equidade, demonstram potencial significativo para transformar o ambiente escolar, promovendo não apenas aprendizagem acadêmica, mas também desenvolvimento socioemocional, autonomia e participação ativa dos estudantes.

Os resultados analisados evidenciam que a inclusão não se efetiva apenas por meio da matrícula do estudante público-alvo da Educação Especial, mas pela construção de práticas que reconheçam a singularidade de cada sujeito e valorizem sua forma de aprender. A flexibilização curricular, a mediação pedagógica, o uso de tecnologias assistivas e a organização de ambientes acolhedores são elementos que, articulados, contribuem para a construção de uma escola mais democrática e

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

acessível. No entanto, tais práticas dependem de formação docente contínua, apoio institucional e políticas públicas que garantam condições reais de trabalho.

Nesse sentido, destaca-se a importância de investir em formação docente que vá além de cursos pontuais, envolvendo acompanhamento pedagógico, reflexão crítica e construção coletiva de saberes. A inclusão escolar exige que o professor assuma postura investigativa, capaz de analisar o contexto, identificar barreiras e propor intervenções que favoreçam a aprendizagem de todos. A gestão escolar, por sua vez, deve atuar como mediadora de processos, garantindo recursos, promovendo cultura inclusiva e incentivando práticas colaborativas entre professores, AEE e demais profissionais da escola.

Além disso, é fundamental reconhecer que a inclusão escolar não beneficia apenas estudantes com deficiência, mas toda a comunidade escolar. Ambientes inclusivos tendem a ser mais colaborativos, participativos e acolhedores, favorecendo o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais para a formação cidadã. A convivência com a diversidade amplia horizontes, fortalece vínculos sociais e contribui para a construção de uma cultura de paz, na qual o respeito às diferenças é elemento central.

Do ponto de vista das políticas públicas, torna-se necessário ampliar investimentos em acessibilidade, tecnologias assistivas, formação docente e infraestrutura escolar. A efetivação da inclusão depende de ações articuladas entre Estado, escola e sociedade, que reconheçam a educação como direito fundamental e condição para o exercício pleno da cidadania. Programas que promovam acessibilidade pedagógica, arquitetônica e comunicacional devem ser fortalecidos, garantindo que todos os estudantes tenham condições reais de participação.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas explorem práticas inclusivas em diferentes contextos escolares, analisando estratégias que têm se mostrado eficazes na promoção da aprendizagem e da participação dos estudantes. Estudos que investiguem o impacto das tecnologias digitais emergentes, das metodologias ativas e das práticas colaborativas podem contribuir para ampliar o repertório pedagógico dos professores e fortalecer a inclusão escolar como prática cotidiana.

Assim, conclui-se que a inclusão escolar é um compromisso coletivo, que exige sensibilidade, planejamento, formação contínua e investimento em políticas públicas. As práticas pedagógicas inclusivas representam caminho essencial para garantir o

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

direito à educação de todos os estudantes, promovendo equidade, participação e desenvolvimento integral. Consolidar a inclusão como princípio orientador da prática docente é, portanto, condição indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Developing inclusive education systems: what are the levers for change? Journal of Educational Change, Dordrecht, v. 6, n. 2, p. 109-124, 2005.

AINSCOW, M.; DYSON, A.; GOLDRICK, S.; WEST, M. Developing equitable education systems. London: Routledge, 2012.

ALPER, S.; RAHARINIRINA, S. Assistive technology for individuals with disabilities: a review and synthesis of the literature. Journal of Special Education Technology, v. 21, n. 2, p. 47-64, 2006.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index for Inclusion. Bristol: CSIE, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial.

BRASIL. Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jan. 2023.

ISBN: 978-65-831-2124-0 **DOI DO LIVRO:** 10.29327/5952151 **PUBLICADO POR:** EDITORA MANUAL

CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Wakefield, MA: CAST, 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. UNESCO, 1994.

FLORIAN, L. Inclusive pedagogy: a transformative approach to individual differences but can it help reduce educational inequalities? Scottish Educational Review, v. 47, n. 1, 2015.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. (org.). Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo: Memnon, 2001.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MEYER, A.; ROSE, D.; GORDON, D. Universal Design for Learning: theory and practice. Wakefield, MA: CAST, 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2012.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OBERLE, E.; DOMITROVICH, C. E.; MEYERS, D. C.; WEISSBERG, R. P. Establishing systemic social and emotional learning approaches in schools: a framework for schoolwide implementation. Cambridge Journal of Education, Cambridge, v. 46, n. 3, p. 277-297, 2016.

OK, M. W.; RAO, K.; BRYANT, B. R.; McDOUGALL, D. Assistive technology, universal design for learning and accessible educational materials: a review of the literature. Exceptionality, v. 25, n. 2, p. 116-132, 2017.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.